

INSTRUÇÕES

1. ESTE CADERNO DE PROVAS CONTÉM **20 (VINTE)** QUESTÕES OBJETIVAS DE **DIREITO** E **1 (UMA)** QUESTÃO **DISSERTATIVA**;

2. NA HIPÓTESE DE O CADERNO ESTAR INCOMPLETO OU COM QUALQUER DEFEITO FORMAL, O(A) CANDIDATO(A) DEVERÁ SOLICITAR IMEDIATAMENTE AO FISCAL MAIS PRÓXIMO QUE O SUBSTITUA. **NÃO** SERÃO DEFERIDOS RECURSOS BASEADOS EM DEFEITOS FORMAIS DO CADERNO DE PROVA;

3. SE O(A) CANDIDATO(A) CONSIDERAR QUE DETERMINADA QUESTÃO APRESENTA QUALQUER DEFEITO DE CONTEÚDO, DEVERÁ DELA RECORRER NO PRAZO PREVISTO PARA TANTO. **NÃO** SERÁ PRESTADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, ESCLARECIMENTO ALGUM RELATIVAMENTE A DEFEITOS DESSA NATUREZA OU QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS COMANDOS E DOS ITENS DAS QUESTÕES;

4. É VEDADA QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA, BEM COMO A COMUNICAÇÃO COM QUALQUER PESSOA QUE NÃO OS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATUANDO NA APLICAÇÃO DA PROVA;

5. CASO O CANDIDATO TRAGA CONSIGO ALGUM APARELHO ELETRÔNICO, ESTE **DEVERÁ** PERMANECER **DESLIGADO** E GUARDADO CONSIGO.

6. **NÃO** SERÁ PERMITIDO O USO DE RELÓGIOS DIGITAIS E *SMARTWATCHES*.

7. A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3 HORAS** IMPRORROGÁVEIS, INCLUÍDO O TEMPO PARA PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS. AO FINAL DESSE TEMPO, O(A) CANDIDATO(A) QUE **NÃO** ENTREGAR IMEDIATAMENTE O CADERNO DE PROVAS SERÁ CONSIDERADO DESISTENTE DA SELEÇÃO; O CANDIDATO **SOMENTE** PODERÁ SE AUSENTAR DO LOCAL DE PROVA **APÓS UMA HORA**, CONTADA DO EFETIVO INÍCIO DA PROVA;

8. CADA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA APRESENTA **CINCO** ALTERNATIVAS (A,B,C,D,E);

9. MUITO IMPORTANTE: COMPETE UNICAMENTE AO(À) CANDIDATO(A), SOB SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, PREENCHER O ESPAÇO DESTINADO ÀS RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA NO CARTÃO-RESPOSTA, QUE SERÁ O ÚNICO DOCUMENTO CONSIDERADO PARA CORREÇÃO. SERÃO CONSIDERADAS INCORRETAS MARCAÇÕES DUPLAS, RASURADAS OU EMENDADAS. **NÃO** HAVERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS EM RAZÃO DE ERRO DO(A) CANDIDATO(A);

10. NO CARTÃO DE RESPOSTAS, AS QUESTÕES ESTÃO REPRESENTADAS PELOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS. PREENCHA, TOTALMENTE, COM CANETA ESFEROGRÁFICA (TINTA AZUL OU PRETA) TODA A ÁREA CORRESPONDENTE À OPÇÃO DE SUA ESCOLHA, SEM ULTRAPASSAR AS BORDAS; BEM COMO, LEMBRAR DE **ASSINAR** O CARTÃO DE RESPOSTAS.

11. O CANDIDATO RECEBERÁ A FOLHA RESPOSTA PARA A QUESTÃO DISSERTATIVA. AO PREENCHER A FOLHA RESPOSTA DA QUESTÃO DISSERTATIVA O CANDIDATO DEVERÁ RESTRINGIR-SE AO LIMITE DE LINHAS DA FOLHA.

A INOBSERVÂNCIA DE QUALQUER UMA DESSAS INSTRUÇÕES OU DAS CONTIDAS NO EDITAL PODERÁ ACARRETRAR A EXCLUSÃO DO(A) CANDIDATO(A) DA SELEÇÃO.

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

CADERNO DE PROVA

PROVA OBJETIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Acerca da citação no processo civil, marque a alternativa correta.

- A) Pode ser realizada tanto por oficial de justiça quanto por meio eletrônico. É irrelevante o meio escolhido e, no segundo caso, há presunção absoluta de conhecimento por parte do demandado, se o serventário circunstanciar a probabilidade de êxito da comunicação.
- B) Sendo um ato válido, produz efeitos processuais e materiais, tais como litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor.
- C) É ato irrelevante para a comunicação processual, se ela se endereçar para pessoa física ou jurídica famosa.
- D) Em face das novas formas cibernéticas de comunicação, é irrelevante saber se o citando é mentalmente capaz.
- E) Por força da forte influência dos estudos da análise econômica do direito, em regra a citação se faz por edital.

2. Acerca dos recursos no processo civil, marque a alternativa correta.

- A) Em regra, os recursos impedem a eficácia da decisão.
- B) O recurso interposto pelo Ministério Público (MP) independe da comprovação de interesse recursal, pois o MP é fiscal da ordem jurídica.
- C) É cabível recurso adesivo em sede de agravo de instrumento.
- D) Em face do princípio da totalidade dos atos, a decisão só pode ser impugnada no seu todo. Uma impugnação parcial implica renúncia de recorrer contra qualquer capítulo da decisão.
- E) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

3. Sobre a liquidação de sentença, marque a alternativa correta.

- A) A necessidade de alegar fato novo para liquidar sentença torna-a inútil e imprestável.
- B) A liquidação contábil, mesmo que aritmética, depende de um parecer contábil, para dar segurança aos atos executórios.
- C) A liquidação por arbitramento só é possível em razão da natureza do objeto de liquidação.
- D) Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- E) Em contratos de câmbio, feitos no mercado paralelo, a liquidação dependerá de fato novo.

4. Sobre a ação civil pública, marque a alternativa correta.

- A) Não é possível manejá-la para tutelar a ordem econômica, quando se tratar de direito homogêneo disponível.
- B) Se for o caso de ter trabalho pericial, a demanda fica condicionada sempre ao pagamento dos honorários periciais.
- C) É possível o litisconsórcio ativo entre o Poder Público e o MPF e, da mesma forma, entre o Poder Público e as Associações, mas, neste segundo caso, o MPF atuará como fiscal da lei.
- D) Uma ação julgada improcedente por insuficiência de provas faz coisa julgada material, em nome da segurança jurídica das relações sociais coletivas.
- E) Quando tiver por objeto obrigação de fazer, em respeito ao novo entendimento da tripartição de poderes, o ajuizamento da ação fica condicionado a ser aprovado pelo órgão de revisão ministerial.

DIREITO PENAL

5. Marque a alternativa correta:

- A) a anistia, graça ou indulto extinguem a antijuridicidade da conduta.
- B) salvo os casos expressos em lei, não se admite punição por crime punido com dolo eventual (ignorância deliberada).
- C) de acordo com a maioria da doutrina, basta para que o crime se perfeça que o fato seja típico, antijurídico e punível.
- D) o particular pode praticar crime de peculato em concurso de pessoas com servidor público.
- E) o princípio da insignificância não encontra acolhimento na doutrina nem na jurisprudência brasileiras.

6. Marque a alternativa correta:

- A) lei penal mais benéfica editada em data posterior à prática do crime só pode retroagir até o trânsito em julgado da condenação, não se aplicando na fase de execução.
- B) funcionário público não pode ser sujeito passivo de crime de injúria porque, pelo princípio da especialidade, sempre se configura o desacato.
- C) o crime de falso testemunho e o de denúncia caluniosa podem ser cometidos em depoimento no curso do inquérito policial.
- D) todos os crimes contra a ordem tributária dependem de constituição definitiva do crédito tributário, de acordo com o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- E) cabe suspensão condicional do processo nos crimes de pena máxima de até quatro anos, dolosos ou culposos, salvo os relativos à violência doméstica.

7. Marque a alternativa correta:

- A) no concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- B) os crimes de uso de documento falso não podem ser cometidos perante entes públicos.
- C) o estelionato previdenciário não pode ser cometido em concurso de pessoas.
- D) a perda do cargo público não pode ser estabelecida em sentença penal condenatória.
- E) o crime de desobediência não tem previsão de modalidade culposa.

8. Marque a alternativa correta:

- A) na apropriação indébita previdenciária, não é elementar típica o chamado dolo específico.
- B) no crime de roubo cometido com arma de fogo, a consumação depende do efetivo disparo da arma.
- C) a falsidade ideológica de documento particular é penalmente irrelevante.
- D) a condenação inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade gera, por si só, direito subjetivo do condenado à substituição por uma pena restritiva de direitos.
- E) diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma pela vontade do agente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

9. Assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial

- A) A instauração de inquérito policial depende sempre da requisição do Ministério Público, sob pena de nulidade.
- B) A realização de interrogatório no curso do inquérito policial é imprescindível.
- C) É nula a ação penal baseada em inquérito policial em que o réu não foi ouvido no inquérito policial.
- D) O Ministério Público pode requisitar a realização de diligências no curso do inquérito policial, inclusive depois do relatório.
- E) O poder de requisição de diligências pelo Ministério Público no curso do inquérito está sujeito à concordância do delegado de polícia.

10. Assinale a alternativa correta:

- A) O delegado de polícia pode promover ação penal pública com base nas peças do inquérito policial por ele presidido.
- B) O juiz pode dispensar a realização da audiência de instrução quando entender que as provas documentais são suficientes para embasar seu julgamento.
- C) O Ministério Público pode pugnar pela absolvição do réu caso entenda, ao final do processo, por exemplo, que não existem provas da autoria e da materialidade do crime imputado na denúncia.
- D) A tipificação penal do crime investigado deve constar do relatório do inquérito policial feito pelo delegado, e vincula o membro do Ministério Público ao ofertar a denúncia.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

11. Em relação à competência da justiça federal em matéria penal, é errado afirmar que:

- A) o crime de homicídio cometido por policial federal no exercício de suas funções não pode ser julgado pelo tribunal do júri da justiça federal, mas sim pelo juízo singular, já que não se admite a realização de júri na justiça federal.
- B) O crime de tráfico internacional de entorpecentes é de competência da justiça federal.
- C) Os crimes cometidos contra o Instituto Nacional do Seguro Social devem ser julgados na justiça federal, ainda que inexistente vara federal no Município onde foi consumado.
- D) Se um prefeito de um determinado município se apropria de verbas públicas repassadas pela União ao Município em razão de convênio entre eles celebrado, e cuja prestação de contas tinha que ser apresentada perante a União, o respectivo crime deve ser julgado pela justiça federal.
- E) Todas as alternativas acima estão corretas.

12. Em relação às chamadas prisões processuais, assinale a alternativa correta:

- A) O juiz não pode substituir a prisão em flagrante por cautelar diversa sem imposição de fiança.
- B) Decorrido o prazo da prisão temporária, o preso deve ser posto em liberdade imediatamente, independentemente de ordem judicial.
- C) A gravidade em abstrato do crime é motivo suficiente para justificar a manutenção da prisão em decorrência de flagrante.
- D) Estando preso preventivamente o réu de um processo penal já deflagrado, caso não seja realizada a audiência de instrução no prazo de 60 (sessenta) dias, o réu deve ser posto em liberdade com fundamento no excesso de prazo, independentemente das características do processo.
- E) O juiz pode decretar prisão preventiva durante a tramitação de inquérito policial independentemente de provocação.

13. A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou o instituto da súmula vinculante, que passou a ter previsão no art. 103-A da Constituição Federal. A súmula vinculante é um instrumento de uniformização de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre matéria constitucional.

Assinale a letra que NÃO corresponde à disciplina constitucional da súmula vinculante, ou seja, assinale a alternativa FALSA:

- A)** O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
- B)** A súmula vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, será obrigatoriamente observada pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- C)** A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- D)** A súmula vinculante, após aprovada, não poderá, em hipótese alguma, ser cancelada ou modificada.
- E)** Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

14. A Constituição Federal de 1988 reestruturou completamente o Ministério Público brasileiro. Nos artigos 127, 128, 129 e 130, 130-A da CF/88 foram estabelecidas a definição, as funções, os princípios, as garantias dos seus membros, as vedações, dentre outros pontos essenciais para o novo modelo institucional. Os princípios institucionais, garantias e vedações constitucionais são instrumentos hábeis a permitir que a Instituição se desincumba de sua destinação constitucional com eficiência e resolutividade. **Em relação aos princípios institucionais e as garantias e vedações constitucionais das membras e dos membros do Ministério Público, assinale a FALSA:**

- A)** A garantia da vitaliciedade assegura a membra e ao membro do Ministério Público a perda do cargo somente por sentença judicial transitada em julgado.
- B)** A membra e o membro do Ministério Público podem exercer atividade político-partidária.
- C)** Como regra, a membra e o membro do Ministério Público não poderão ser removidos/as ou promovidos/as, unilateralmente, sem a sua autorização ou solicitação.
- D)** Como regra, a membra e o membro do Ministério Público não poderão exercer a advocacia.
- E)** Três princípios institucionais são atribuídos ao Ministério Público pela Constituição: unidade, indivisibilidade e independência funcional.

15. O incidente de deslocamento de competência foi introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional no 45/04 e tem como fundamento principal que a previsão de Direitos Humanos e da necessidade de sua proteção terem por sede normativa tratados e acordos internacionais, firmados pela União em nome da República. **Em relação à federalização dos crimes contra os direitos humanos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) A PGR é o único órgão legitimado para suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- B) O incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal tem cabimento apenas nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.
- C) O incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal não poderá ser suscitado durante a fase do inquérito policial.
- D) Caberá ao Superior Tribunal de Justiça analisar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- E) O STF entendeu como constitucional o incidente de deslocamento de competência, por entender que o mesmo se fundamenta na máxima proteção dos direitos humanos e na possibilidade de a União garantir o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro.

16. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O princípio da dignidade da pessoa humana apenas deve ser respeitado pelo Estado, não sendo necessário que particulares o observem em suas interações sociais.
- B) As normas constitucionais programáticas são aquelas que têm por objeto estruturar e disciplinar o exercício do poder político.
- C) A inconstitucionalidade por omissão se refere à inércia na execução de atos administrativos.
- D) O princípio constitucional da livre iniciativa pode ser invocado para afastar regras de regulamentação do mercado e de defesa do consumidor.
- E) O poder constituinte originário é um fato político que se impõe historicamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Indique a alternativa correta:

- A) No tocante à organização administrativa, define-se descentralização como a distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica, a exemplo de órgãos públicos.
- B) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, para o exercício de atividade de interesse público.
- C) A autoexecutoriedade constitui um dos atributos do ato administrativo, significando que, até

prova em contrário, o ato é considerado válido e conforme o direito.

D) No que tange à responsabilidade objetiva civil do estado, a Constituição de 1988 adotou, como regra, a teoria do risco integral, a qual não reconhece excludentes do dever de indenizar, como culpa exclusiva da vítima e a força maior.

E) A responsabilidade civil da concessionária prestadora de serviço público é objetiva, mas reconhece excludentes como a força maior e a culpa exclusiva da vítima.

18. Indique a alternativa correta:

A) Os magistrados e membros do Ministério Público ocupam cargo vitalício, dispensado o estágio probatório.

B) Após o desempenho das atribuições do cargo público efetivo pelo período de 3 (três) anos consecutivos, o servidor adquire automaticamente a estabilidade, salvo se houver procedimento administrativo contra ele instaurado.

C) O auditor-fiscal do trabalho, desde que com especialidade em medicina do trabalho, pode cumular o exercício do seu cargo com outro da área de saúde.

D) O fato de o servidor que ocupa o cargo público de técnico administrativo em entidade da administração direta ou indireta licenciar-se, sem vencimentos, do seu cargo público não o habilita a tomar posse em outro cargo público, sem incidir no exercício cumulativo proibido pela Constituição Federal.

E) O prazo de validade de concurso público, para investidura em cargo público, não pode ser inferior a 2 (dois) anos, sob pena de violação ao texto constitucional.

19. Indique a alternativa correta:

A) Quando a Administração Pública declara a motivação de um ato administrativo que dispensa a exposição dos motivos, a validade do ato fica, dessa forma, vinculada à existência e à veracidade dos motivos por ela apresentados como fundamentação. Tal diretriz não se aplica, contudo, aos atos administrativos discricionários, sob pena de indevida ingerência no mérito administrativo.

B) Considera-se nulo o ato privativo da Administração Pública que é praticado por particular que não ocupa cargo público, não tem vínculo funcional com a Administração Pública e atua usurpando o exercício da função pública.

C) É correto dizer que é possível que validamente ocorra a anulação da revogação de um ato administrativo, mas não é possível a revogação da anulação.

D) São sanáveis e passíveis de convalidação os atos administrativos com defeito na finalidade.

E) As licenças expedidas pela Administração Pública são exemplos de atos administrativos normativos.

20. Indique a alternativa correta:

A) Segundo entendimento dominante, a não sujeição à usucapião constitui atributo de todas as espécies de bens públicos, à exceção dos dominicais.

B) O tombamento pode recair sobre bens móveis, sobre bens imateriais e sobre bens particulares.

C) A União não pode desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, bens dos Estados e dos Municípios, sob pena de violação ao princípio federativo.

D) A desapropriação indireta verifica-se quando o Estado, mediante prévia e justa indenização, adquire a propriedade de particular, para atender à necessidade pública não imediata, mas futura.

E) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, devendo, contudo, posteriormente, indenizar o proprietário pela privação sofrida, mesmo que não tenha ocorrido dano, sob pena de violação ao princípio da isonomia.

PROVA DISSERTATIVA

QUESTÃO 01

Discorra sobre as prisões cautelares e as medidas cautelares diversas da prisão no processo penal, de acordo com os seguintes itens:

- a) normas de regência;
- b) princípios gerais;
- c) pressupostos;
- d) requisitos;
- e) semelhanças;
- f) distinções;
- g) autoridade competente para a decretação;
- h) (des)necessidade de contraditório;
- i) (im)possibilidade de decretação de ofício;
- j) cabimento na fase da investigação e/ou do processo;
- k) audiência de custódia e providências possíveis ao juiz;
- l) prazos e necessidade ou desnecessidade de revisão.

(máximo de 30 linhas).

RASCUNHO

1

5

10

15

20

25

30

